

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 532.628 - SP (2019/0271338-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : LEANDRO LUCIANO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO ALVES BARBOSA - SP092612
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental protocolado por LEANDRO LUCIANO DA SILVA contra decisão de minha lavra, na qual não conheci do *habeas corpus*, em virtude de não ter sido juntado a cópia do acórdão impugnado.

O agravante agora complementou a instrução dos autos trazendo a peça faltante.

Desta forma, deve ser apreciado acerca do cabimento do presente *habeas corpus*.

Passo a apreciá-lo.

O Tribunal de origem, ao indeferir o pedido revisional, assentou:

"De tudo se observa que o peticionário pretendeu usar a revisão criminal como uma segunda apelação, dando causa ao reexame de prova já figurante nos autos, sem trazer qualquer elemento novo de convicção a de mostrar o seu pleito absolutório, e ao contrário do que sustenta, o julgado atacado pela revisão de forma alguma contraria a evidência dos autos mas, isto sim, a ela se acomoda inteiramente, ausente, assim, qualquer das hipóteses do artigo 621 do Estatuto Processual Penal." (fls. 92/93 do apenso 1)

No presente *writ*, a defesa "requer dignem-se Vossas Excelências conceder a presente ordem de habeas corpus e determinar anulação da ação penal, absolvendo o acusado, com base no art, 386, III, do CPP, expedindo-se alvará de soltura, por contaminação do processo, não respeito ao artigo 226 do CPP, cerceamento de defesa, crivo do contraditório, bem como, valoração em desigualdade da palavra da vítima, sem outra provas, originária por ser medida de Justiça" (fl. 58).

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

Como visto do excerto transcrito, constata-se que a Corte *a quo* deu correta aplicação ao art. 621 do Código de Processo Penal, porquanto a defesa quis usar a revisão criminal para que fosse novamente analisada o feito, sem ficar demonstrado que a sentença foi contrária a texto de lei, à evidência dos autos, ou embasada em prova falsa ou quando foi contrária a texto da lei ou à evidência dos autos, o que, conforme visto, não ocorreu.

Por oportuno, confirmam-se os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NA REVISÃO CRIMINAL. NÃO ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES LEGAIS. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS NOVOS PARA ATACAR A DECISÃO IMPUGNADA. PRETENSÃO DE REVALORAÇÃO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O caso em questão não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 621, do CPP, pois a revisão criminal não pode ser utilizada para que a parte, a qualquer tempo, busque novamente rediscutir questões de mérito, por mera irresignação quanto ao provimento jurisdicional obtido.

II - 'O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento no sentido do não cabimento da revisão criminal quando utilizada como nova apelação, com vistas ao mero reexame de fatos e provas, não se verificando hipótese de contrariedade ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos, consoante previsão do art. 621, I, do CPP. Precedentes' (HC n. 206.847/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, julgado em 16/02/2016, DJe de 25/02/2016).

III - Não tendo o agravante trazido qualquer argumento novo capaz de ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião da decisão monocrática, esta última deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Agravo regimental desprovido." (AgRg na RvCr 4.771/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 29/04/2019)

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. REVISÃO CRIMINAL. ART. 621, INCISO I, DO CPP. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA.

1. A Corte de origem deferiu a revisão criminal para absolver o ora recorrente, em razão de não ter sido demonstrada de forma segura a autoria do fato, o que teria contrariado o artigo 621,

Superior Tribunal de Justiça

inciso I, do CPP.

2. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a revisão criminal não deve ser adotada como um segundo recurso de apelação, de forma a propiciar reanálise da prova já existente dos autos. Em outras palavras, não é a via adequada para o reexame do poder de convicção das provas, para concluir se bem ou mal as apreciou a decisão transitada em julgado, mas à verificação se a condenação tem base nos elementos probatórios ou se é divorciada de todos eles, pois o ônus da prova, em sede revisional, pertence exclusivamente ao requerente, que não pode suplicar como fundamento da injustiça da decisão a mera existência de incertezas acerca de como se deram os fatos (AgRg no REsp 1295387/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/11/2014, DJe 18/11/2014).

3. O acolhimento da pretensão revisional, na seara criminal, deve ser excepcional, cingindo-se às hipóteses em que a suposta contradição à evidência dos autos seja patente, estreme de dúvidas, dispensando a interpretação ou análise subjetiva das provas constantes dos autos, o que não teria ocorrido na espécie.

4. Não se admitindo a rescisão de condenação criminal com apoio na suposta fragilidade ou insuficiência probatória, resta evidenciada a violação do art. 621, I, do Código de Processo Penal, merecendo ser reformado o acórdão a quo.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.421.650/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 05/10/2016)

Destarte, o *habeas corpus* não pode ser conhecido e, desta forma, nego provimento ao agravo regimental.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator